

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

MAPA TANGARÁ

A Prefeitura de Tangará da Serra reativou o Mapa de Consulta Prévia, ferramenta que permite o acesso a informações sobre zoneamento e potenciais construtivos do município. A plataforma havia sido suspensa temporariamente para ajustes após a aprovação do novo Plano Diretor, em julho de 2024, e agora retorna atualizada.

ACESSO A INFORMAÇÕES

A ferramenta é uma inovação que facilita o planejamento urbano ao oferecer informações claras e acessíveis para cidadãos e o mercado imobiliário. Com ela, é possível identificar as zonas da cidade e entender as permissões de uso, promovendo um entendimento mais eficiente das normas de ocupação do solo.

FERRAMENTA

Essencial para o desenvolvimento de empreendimentos e para decisões informadas, o mapa é um recurso estratégico para quem deseja investir ou compreender melhor o potencial das áreas da cidade. A Prefeitura reforça que o serviço está disponível a todos, basta acessar <https://tangaradaserra.1doc.com.br/b.php?pg=o/consulta>

ARTIGO//

O item 2 do artigo 4

O ano de 2015 foi marcante para a política e para a economia brasileira. No campo econômico, o Brasil enfrentava uma grave crise, com taxas de desemprego fora de controle, a moeda real perdendo valor e a inflação cada dia mais presente na mesa dos brasileiros. Já na esfera política, a operação lava jato já assombrava os palácios e gabinetes país afora, e a então presidente Dilma viu aberto, no mês de dezembro daquele ano, o processo de impeachment que, 6 meses depois, a tiraria de seu 2º mandato.

Ocorre que, em 2015 aconteceu uma coisa que poucos se lembram, e que hoje, 9 anos depois é fundamental para a produção pecuária nacional. Naquele ano foi assinado o acordo sanitário entre o Brasil e a República Popular da China para a exportação de carne bovina in natura. Começou aí uma saga de missões comerciais para o oriente só visto na época das grandes navegações.

Foram viagens e viagens de empresários, representantes de classe, e de autoridades de técnicos de governo a fim de garantir uma fatia daquele que, graças aos bilhões de chineses que vivem por lá, se tornaria o maior mercado comprador de proteína animal do mundo. E deu certo.

Hoje, de toda a carne bovina exportada pelo Brasil, quase 70% têm como destino a China, e perder esse mercado não faz parte do imaginário de nenhuma pessoa com o mínimo de juízo.

Um acordo sanitário é o documento que traz os termos protocolares que permitem que o negócio se conclua. É através deste termo que são definidos quais os critérios e garantias serão asseguradas pela autoridade sanitária brasileira. E sim, é graças a ele que todos os dias é comemorado a abertura de novos mercados.

No caso específico do tratado assinado entre o Brasil e a China, trata-se de um documento de não mais de 6 páginas e 18 artigos. Alguns deles são protocolares, mas outros não. Um exemplo é o artigo 14, que fala que a carne bovina desossada deve ser proveniente de animais com até 30 meses de idade. Outro artigo interessante é o 4º, que diz “O Brasil estabeleceu um sistema de rastreamento eficaz e garante que o bovino abatido poderá ser rastreado de volta às fazendas onde nasceram e foram criadas.”

E falando em rastreamento aqui vale um ponto. O Brasil tem sim um modelo de rastreabilidade bovina individual eficiente, mas tem quase 20 anos, é voluntário, e atende hoje exclusivamente à União Europeia. Isso atenderia a China? Ou poderíamos pensar em algo muito melhor para o Brasil e os produtores brasileiros?

TANGARÁ DA SERRA É RECONHECIDA NACIONALMENTE COM CERTIFICAÇÃO TRIPLA NA SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, por meio da Secretaria de Saúde, recebeu na última sexta-feira, dia 29 de novembro, em Brasília, a Certificação Tripla de Eliminação da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatite B.

O reconhecimento, concedido pelo Ministério da Saúde, destaca o cumprimento de rigorosos critérios e práticas de excelência no combate à transmissão vertical – quando doenças são transmitidas de mãe para filho durante a gestação, o parto ou a amamentação. “É o fruto de um trabalho contínuo e de muito esforço de toda a equipe da saúde para cuidar das nossas mães e crianças de Tangará da Serra”, declarou o secretário de Saúde, Wellington Bezerra.

Na oportunidade, Tangará da Serra recebeu o Selo Prata de boas práticas rumo à eliminação do HIV e Sífilis e ainda o Selo Bronze para Hepatite B, reforçando o município como referência no cuidado materno-infantil.

“Tivemos uma revalidação do Selo Prata para HIV e para Sífilis



FOTO: DIVULGAÇÃO

Congênita e recebemos esse ano o Selo Bronze de eliminação da transmissão vertical da Hepatite B. Para nós isso é muito importante”, comemora a responsável pelo CTA/SAE de Tangará da Serra, Claudia Cunha.

“Esses selos vêm para incentivar os profissionais de saúde a desenvolverem um bom trabalho e estimular também que todo o trabalho seja feito de forma adequada, ampliando cada vez mais”, reforça, ao garantir que as equipes trabalham agora para a conquista do Selo Ouro, “que é a certificação da eliminação total desses agravos no Município”.

Concessão

O Governo de Mato Grosso lançou os editais para concessão de seis lotes de rodovias estaduais. No total, serão leiloados 2.104 quilômetros de estradas estaduais, com um investimento previsto de R\$ 8 bilhões para os próximos 30 anos. Entre os lotes, 418km das rodovias nos municípios de Campo Novo, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Mutum, São José do Rio Claro, Santo Afonso e Tangará da Serra. O leilão será realizado na Bolsa de Valores, em São Paulo, no dia 7 de fevereiro de 2025.

Alguns Estados saíram na frente e estruturaram seus programas de rastreabilidade individual, Pará e São Paulo são exemplos disso, e temos notícias de que outros como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás também estão próximos.

Mas e o modelo federal?

Em maio de 2024 o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA criou um grupo de trabalho para subsidiar a elaboração de um plano estratégico para implementar uma política pública de rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos.

As notícias da esplanada, mais exatamente as vindas do “bloco d”, são de que o “GT RASTREABILIDADE” concluiu seu trabalho em setembro com o posicionamento unânime de todos os representantes da cadeia de valor da carne bovina nacional.

Parece que estamos bem perto de mais uma vez mostrarmos ao mundo a importância e o comprometimento dos produtores, indústria e autoridades para com a carne bovina brasileira, e com os acordos sanitários.

Luciano Vacari é gestor de agronegócios e CEO da NeoAgro Consultoria.

